

Inquérito apura didática da palmatória

Secretaria de Educação investiga professoras que recorrem a torturas para ensinar alunos em Belém. Uma delas já está afastada

Belém (PA) — A Secretaria de Educação (Seduc) do Pará vai instaurar inquérito para apurar a denúncia de que duas professoras utilizam palmatória para torturar alunos da primeira série na Escola

Camilo Salgado, em Belém. Claudomira Célia Macedo, 35, e Valdirene Cardoso, 35, utilizam o método para torturar estudantes preguiçosos e indisciplinados. Ambas foram afastadas da sala de aula pela secretaria.

Segundo o secretário de Educação do Pará, João de Jesus Paes Loureiro, antes da abertura do inquérito, é preciso concluir um relatório que três técnicos da secretaria estão elaborando sobre caso. “É com base nesse relatório que vamos atestar se o inquérito será administrativo, pedagógico ou jurídico”, explica. Dependendo do resultado, as duas podem ser punidas até com a exoneração do cargo.

Claudomira compareceu para

dar aula ontem, mas foi impedida de entrar na sala por técnicos da secretaria. Valdirene simplesmente desapareceu da escola. A diretora, Maria Francinete Corrêa de Souza, disse que Valdirene não faz parte do quadro da escola e até viajou depois da denúncia. “Ela estava apenas substituindo uma outra professora que estava de licença”, garante. Todos os técnicos e professores da Camilo foram solidários a Claudomira, inclusive a diretora.

A professora admitiu para os técnicos que batia em Raquel. Alegou que a aluna é muito preguiçosa e não faz o dever de casa, além de conversar muito durante a aula.

O Ministério Público do Pará notificou as duas professoras e a diretora da escola, Maria Francinete. As três vão se explicar sobre a denúncia de que alunos são torturados dentro da sala de aula com uma palmatória.

O coordenador das promotorias da Infância e Juventude, Roberto Souza,

disse que vai notificar também os pais que apóiam a atitude da professora. Segundo o promotor, a pedagoga do Ministério Público vai ficar encarregada de ouvir as crianças envolvidas no caso. “Trata-se de um procedimento preliminar investigatório”, explica Roberto. “Se houver elementos necessários para entrar com uma denúncia, vamos encaminhá-la à Divisão de Atendimento ao Adolescente (Data), para depois fazer a ação penal”, completa.